



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Parecer nº 12/2022/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.004103/2022-13

Interessado: **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**

Assunto: Subsídios para a definição de procedimentos e orientação à Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos - CTOC, incumbida do cumprimento de determinações contidas na Resolução CNRH n.70/2007 em face da edição recente da Resolução CNRH n.232/2022.

I - INTRODUÇÃO

1. O art. 17 da Lei n.9.648/98, com a redação dada pelo art. 28 da Lei no 9.984/2000, estabelece, no inciso II do § 1º, que setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida constituem pagamento pelo uso dos recursos hídricos e serão aplicados, nos termos do art. 22 da Lei n. 9.433/97, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-Singreh.
2. A Resolução CNRH n.70/2007 estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes cobrança da Contribuição Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).
3. Até 2018, a cada consulta ou indicação de prioridades do CNRH era emitida resolução específica o que, além de burocratizar o processo, tornando-o moroso, garava um número elevado de resoluções sobre o tema, todas com validade determinada e reduzida. Assim, a Resolução CNRH n.195/2018 promoveu alterações no texto da Resolução CNRH n.70/2007 adequando o processo de consulta sobre as prioridades e de monitoramento da aplicação desses recursos ao contexto da finalização da vigência do PNRH 2006-2020 e como resultado de um processo de amadurecimento do tema que resumimos no item II.

II - BREVE RESGATE HISTÓRICO

4. A Tabela Resumo a seguir é fruto do trabalho de preparação para as discussões que vem sendo travadas no âmbito do Grupo de Trabalho, vinculado à Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, criado em junho de 2022 e formalmente constituído em julho do mesmo ano, com o objetivo de avaliar e propor a revisão da Resolução CNRH n.70/2007. Os comentários e destaques pertinentes seguem esse resumo.

TABELA RESUMO - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS DELIBERAÇÕES RELACIONADAS À APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA CFURH

--

Item e Situação (r) Revogado (e) Encaminhado	Resolução do CNRH ou Documento Correlato	Exercício de Aplicação da CFURH ou correlação com a matéria	Síntese do Conteúdo da Norma
1 (r)	35/2003 (de dezembro de 2003 a proposta orçamentária segue em agosto)	2004	Considerou que o Plano de Aplicação dos recursos da Agência Nacional de Águas-ANA, para 2004 estava vinculado à proposta orçamentária já encaminhada pelo Poder Executivo Federal ao Congresso Nacional. (encaminha-se em agosto) Definiu que até 31 de maio de 2004, a ANA e os CBHs deveriam encaminhar ao CNRH seus Planos de aplicação.
2 (r)	41/2004	2005	Estabelecia rubricas específicas do PPA 2004-2007 Mencionava o não contingenciamento desses recursos para todos os entes CTIL (atual CTAL) deveria definir procedimentos prazos e formas para a articulação entre o CNRH, CERHs e CBHs. Criava um GT misto (atuais CTAL, CTPA e CTOC)
3 (r)	49/2005	2006	GT sugere acompanhar a LOA de 2006 Menciona o não contingenciamento desses recursos para todos os entes Trazia tabela anexa com montantes definidos por rubrica conforme PPA
4	56/2006	Aprovou o Plano Nacional 2006	Deixa implícita a aplicação para prioridades do Plano , mas também para ações ligada aos ODMs, Década Brasileira da Água e seus programas além da elaboração dos planos de recursos hídricos. Destacando o amplo processo participativo na aprovação do plano. Estabelece que o Conjuntura seja anual.
5	70/2007	Torna-se base para as resoluções que estabelecem o processo de definição das prioridades.	Estabelece as ações e prazos que são mencionados nessa tabela para normatizar a definição de prioridades e monitoramento da aplicação da CFURH e passa a funcionar como matriz, sendo alterada pelas resoluções posteriores sempre que necessário Traz o grupo de trabalho misto para uma única câmara técnica (Antiga CTCOB, hoje CTOC)
6 (r)	71/2007	2008	Estabelece os subprogramas que a ANA deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011
7	97/2008	2010/2011	Altera a Resolução CNRH n.70 pela primeira vez e estabelece um formulário para a consulta Processo de consulta 2010/2011 deve ter início até 20 de dezembro.
8	122/2010	2012/2013	Estabelece claramente quais subprogramas do PNRH devem ser priorizados no biênio.
9 (r)	147/2012	2013/2015	Fala da excepcionalidade da indicação trienal em razão do processo de revisão do PNRH que estabeleceu as prioridades para o período expressas na Resolução CNRH n.135/2012
10 (r)	161/2014	Acrescenta competências à CTCOB	Amplia as competências da CTCOB e estabelece que a ANA encaminhe relatório de aplicação até 30 de março anualmente Extingue o GTAAC e atribui a competência à CTCOB (CTOC).
11	165/2015	Estabelece prioridades para o PPA 2016-2019	Estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019.
12 (r)	166/2015	2016/2017	Estabelece no seu anexo os subprogramas que a ANA deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2016 e 2017.
13	181/2016	Estabelece as prioridades do PNRH para 2016-2020	Considera que o processo de consulta e o resultado da revisão do PNRH reordenou as prioridades para o período 2016-2020 , e menciona a expectativa de aprovação do novo plano em 2021.

Item e Situação (r) Revogado (e) Encaminhado	Resolução do CNRH ou Documento Correlato	Exercício de Aplicação da CFURH ou correlação com a matéria	Síntese do Conteúdo da Norma
14 (r)	189/2017	2018	§ 1º Para o exercício orçamentário de 2019 deverá ser observado o disposto na Resolução CNRH n. 70/2007 e suas alterações. § 2º estabelece que o CNRH revisará o procedimento de consulta estabelecido pela Resolução CNRH n.97 para torná-lo mais efetivo
15	195/2018	2019/2020	Altera a Resolução CNRH n.70 e traz novo formulário de consulta em substituição ao anexo da Resolução CNRH n.97 estabelecendo os procedimentos para a consulta e definição de prioridades para o biênio 2019-2020. Estabelece o encaminhamento dos resultados da consulta pelo CNRH diretamente à ANA, não mais exigindo Resolução específica para esse fim.
16	Nota Informativa n.445/2018-MMA	Datada em 03 de maio de 2018	Encaminha à ANA o resultado da Consulta realizada conforme determinação da Resolução CNRH n. 195/2018 , para prosseguimento dos procedimentos posteriores definidos pela Resolução CNRH n. 70/2007.
17	Nota Técnica ANA nº 104/2018/CPLIN/GGES Documento no 00000.051023/2018- 10	Datada em 20 de agosto de 2018	Apresenta o relatório da Agência com as ações a serem priorizadas nos exercícios 2019 e 2020 contendo um quadro esquemático que correlaciona as prioridades do PNRH postas na Resolução CNRH n. 181/2016 com os resultados da Consulta Pública conforme Resolução CNRH n. 195/2018 , e com as ações orçamentárias finalísticas da Agência e seus respectivos planos orçamentários, bem como com o PGI da ANA contendo os valores propostos no PL do Orçamento 2019 , a ser enviado ao CN até 31 de agosto
18 (r)	215	Após a Reforma Administrativa de 2019 Novo regimento do CNRH	Define o funcionamento das Câmaras Técnicas e seus Grupos de Trabalho.
19 (r)	216	Prorroga o Prazo de vigência do PNRH até 2021	Considera o processo de consulta e o resultado da revisão do PNRH com revisão das prioridades para o período 2016-2020 e menciona a expectativa de aprovação do novo plano em 2021. Não menciona as prioridades de Aplicação da CFURH ou a consulta estabelecida na Resolução CNRH 70, e Resolução CNRH n. 195/2018 considerando os resultados para o ano de 2022. A ANA elaborou o PGA de 2022 e encaminhou ao CNRH dentro do prazo, com base na Resolução CNRH n.181 que faz referência ao plano anterior e não mais na comunicação oriunda da Resolução CNRH n.195, de 2018, embora também calcada na Resolução CNRH n.181.
20 (e)	222/2020	Autoriza a aplicação de valores excedentes em razão da emergência provocada pela COVID-19 , no custeio administrativo das entidades delegatárias para o ano de 2020.	Não cabe comentários. Os Relatórios de Aplcação em 2020 foram encaminhados pela Agência foram analisados pela CTOC e aprovados pelo CNRH em 2021, conforme cronograma estabelecidos nas normativas do Conselho.
21 (e)	231/2022	Revoga normas implicitamente revogadas, com validade ou finalidade prejudicadas	Inclui as resoluções identificadas nessa tabela

Item e Situação (r) Revogado (e) Encaminhado	Resolução do CNRH ou Documento Correlato	Exercício de Aplicação da CFURH ou correlação com a matéria	Síntese do Conteúdo da Norma
22	232/ 2022 Aprovada em março, publicada 23 de junho	Aprova o PNRH 2022-2040	<p>Foi feito amplo processo de consulta para o PNRH.</p> <p>Não foi atendido o prazo de comunicação do CNRH à ANA para as prioridades de 2023, o que fica apontado no relatório parcial da Agência para o ano de 2022 apresentado na 17ª CTOC. Os relatórios de aplicação têm sido regularmente encaminhados e avaliados pela CTOC. Esse tema foi levado a CTOC e foi criado GT de Revisão da Resolução CNRH n.70 com prazo de 1 ano, prorrogável.</p> <p>Apesar da recomendação, não foi ainda formalizado o encaminhamento de indicação das prioridades à ANA para o ano de 2023 como sendo as Metas de Curto Prazo estabelecidas no PNRH 2022-2040, postos na Resolução CNRH n.232, ou mesmo direcionamento para que se compatibilizasse o PGA em execução com as novas metas (resoluções 181, 195 e 232)</p>
23	Reuniões CTOC 2022	A CTOC discute o tema, cria o GT de Revisão da Resolução CNRH 70, e aprova encaminhar o posicionamento técnico para subsidiar a decisão do CNRH referente aos exercícios de 2023 e 2024.	O tema voltou à pauta da CTOC que exara esse parecer sugerindo que dada a recente aprovação do PNRH, necessidade de revisão de procedimentos e andamento regular dos relatórios de aplicação e seu monitoramento seja encaminhado o comunicado à ANA para que utilize na elaboração do PGA 2023 -2024 as prioridades de curto prazo estabelecidas no PNRH

5. A Tabela explicita a importância do tema para o cumprimento das obrigações referentes ao Planejamento Orçamentário, mas também do processo de construção para promoção da articulação entre os entes do Sigreh na aplicação dos recursos da CFURH no fortalecimento do próprio sistema e na execução das ações necessárias ao alcance das metas estabelecidas nos planos de recursos hídricos, instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

II - SÍNTESE DAS DISCUSSÕES HAVIDAS NO ÂMBITO DA CTOC

6. A CTOC segue atenta às suas competências e, embora não estabelecida como prioridade pelo Plano Nacional, definiu no seu plano de trabalho para o ano de 2022, retomar as discussões sobre a revisão da Resolução CNRH n.70/2007 determinada pelo Conselho na Resolução CNRH n.189/2017 (revogada) indicativo claro da necessidade de aprimoramento do processo de articulação para o estabelecimento das prioridades.

7. Ainda em 2017 foram feitos alguns avanços, resultando na edição da Resolução CNRH n.195/2018, longe ainda de estabelecer um procedimento mais efetivo, como menciona o Conselho.

8. Assim, mesmo não figurando entre as prioridades estabelecidas no PNRH 2022-2040, a CTOC definiu em seu plano de trabalho para o ano de 2022 a retomada do processo de revisão da Resolução CNRH n.70/2007. Para tanto, criou um Grupo de Trabalho, instalado em julho de 2022, com vigência de um ano, prorrogável se necessário. O grupo já realizou três encontros que deram origem ao resgate histórico parcial, apresentado na Tabela Resumo (item II desse Parecer).

9. Mesmo considerando o trabalho da CTOC, continua sendo necessário atender às Resoluções em vigor. Nesse sentido, compete à CTOC subsidiar a decisão do Pleno sobre a realização ou não de procedimento de consulta, lembrando que **cabe ao CNRH informar à ANA até o dia 15 de junho de cada ano, quais são as prioridades para a aplicação dos recursos da CFURH para o ano subsequente, ainda que não haja consulta como processo de articulação.** Caso haja a consulta, ela deve ser deflagrada ainda em 2022 para que seus resultados sejam enviados à agência a tempo de permitir realizar os procedimentos que resutam na programação orçamentária de 2024.

10. A Câmara pondera:

- que houve consulta pública e processo amplo de articulação recente durante a construção do PNRH e definição de prioridades;
- que há um processo de revisão da resolução em curso;

- que as previsões orçamentárias para 2023 já foram encaminhadas;
- que o plano de aplicação da Agência para 2023 será enviado ao CNRH até março;
- que a aplicação desses recursos vem sendo monitorada na CTOC; e
- que é exíguo o tempo hábil para a preparação de uma consulta, compilação, avaliação de resultados pelo CNRH para encaminhamento à ANA até fevereiro.

11. É entendimento unânime, no entanto, que compete a essa Câmara Técnica subsidiar a decisão do Conselho sobre a matéria.

III - CONCLUSÃO

12. Os membros da CTOC, durante a sua 17ª Reunião, manifestaram-se favoráveis por sugerir ao CNRH que delibere pela suspensão do processo de consulta estabelecida na Resolução CNRH n.70/2007, até a finalização das atividades do Grupo de Trabalho específico, vinculado à Câmara Técnica.

13. Esse posicionamento unânime tem por base a recente aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040, que contou com oficinas e processo de consulta pública para a definição de metas e ações e hierarquização de prioridades com estabelecimento de prazos de forma articulada com todos os entes e representações setoriais no Singreh.

14. Dessa forma, a priorização da aplicação desses valores, pela ANA, nas ações voltadas ao alcance das metas de curto prazo para o biênio 2023-2024, seriam adequadas aos objetivos estabelecidos pelo Singreh e expressos no PNRH.

15. Caso aceite a sugestão da Câmara Técnica, de que seja adotado para a programação de aplicação dos recursos da CFURH para o biênio 2023-2024, a priorização das metas de curto prazo estabelecidas no PNRH 2022-2040, ressalta-se observar que a Resolução CNRH n.195/2018 aponta a inexigibilidade de edição de Resolução específica, estabelecendo o envio de comunicação do CNRH à ANA sobre a sua deliberação.

LILIANA PIMENTEL

Relatora da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA

Coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos



Documento assinado eletronicamente por **Liliana Pimentel, Analista Ambiental**, em 17/11/2022, às 08:38, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 17/11/2022, às 09:06, com fundamento no art. 4º,



§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4005272** e o código CRC **777E7541**.